



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682497 - SP (2021/0233394-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PEDRO RIBEIRO AGUSTONI FEILKE - RS086883
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRENO ITALO SIQUEIRA NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar, impetrado em favor de BRENO ITALO SIQUEIRA NASCIMENTO, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2128872-67.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 18/05/2021, acusado pela prática do delito de tráfico de drogas, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

A impetrante alega que não estariam presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, destacando que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada.

Salienta que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis aptas a denotar a desproporcionalidade da constrição antecipada na espécie, sobretudo considerando a pouca quantidade de droga apreendida.

Afirma que seria suficiente a incidência de medidas cautelares alternativas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

E, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou a cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

A deficiência na instrução do *mandamus* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do inteiro teor do acórdão impugnado.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência